



A IDEOLOGIA DO EMPREENDEDORISMO E DA INOVAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS NA FASE DO CAPITAL FINANCEIRO/ MONOPOLISTA

Armenes de Jesus Ramos Junior¹Leandro Turmena²Sidemar Presotto Nunes³Zinara Marcet de Andrade⁴

Resumo

Analisa-se a ideologia do empreendedorismo de forma a compreender as consequências da apropriação dessa noção do “acadêmico-empresendedor”, na tentativa de imitar o padrão norte-americano e europeu de pesquisa e desenvolvimento. No atual contexto do domínio do capital financeiro, a pesquisa e o desenvolvimento são realizados quase que totalmente nos países-sede das empresas imperialistas, resultando que os investimentos por parte destas empresas são muito baixos nos países semicoloniais, como é o caso do Brasil. Os resultados perversos deste modelo são notados até mesmo nos países centrais do capitalismo. Assim, sob o manto da ideologia da inovação e de uma pesquisa supostamente engajada, o “acadêmico-empresendedor” passa a orientar sua atividade profissional pela máxima captação de recursos de fontes privadas e o patenteamento de pequenos inventos, na tentativa de se viabilizar enquanto pesquisador ou “extensionista-empresendedor”, no contexto da expansão da educação superior no Brasil.

Palavras-chave: Educação superior. Produção científica. Ciência e inovação.

THE IDEOLOGY OF ENTREPRENEURSHIP AND INNOVATION IN BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITIES IN THE PHASE OF FINANCIAL CAPITAL / MONOPOLIST

Abstract

The ideology of entrepreneurship is analyzed in order to understand the consequences of the appropriation of this notion of the "academic-entrepreneur", in an attempt to imitate the North American and European pattern of research and development. In the current context of the domain of financial capital, research and development are carried out almost entirely in the host countries of imperialist enterprises, with the result that investments by these companies are very low in semicolonial countries, as Brazil. The perverse results of this model are noted even in the central countries of capitalism. Thus, under the umbrella of the ideology of innovation and a supposedly engaged research, the "academic-entrepreneur" begins to orient his professional activity by maximizing resources from private sources and the patenting of small inventions, in an attempt to become viable as a researcher or "extensionist-entrepreneur", in the context of the expansion of higher education in Brazil.



Keywords: Higher education. Scientific production. Science and innovation.

LA IDEOLOGÍA DEL EMPRENDEDURISMO Y LA INNOVACIÓN EN LAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEÑAS EN LA FASE DEL CAPITAL FINANCIERO / MONOPOLISTA

Resumen

Se analiza la ideología del emprendedurismo con la finalidad de comprender las consecuencias de la apropiación de esta noción del "académico-emprendedor", con la tentativa de imitar el patrón norteamericano y europeo de investigación y desarrollo. En el contexto actual de dominio del capital financiero, la investigación y el desarrollo se realizan casi totalmente en los países sede de las empresas imperialistas, resultando en que las inversiones por parte de estas empresas son muy bajas en los países semicoloniales, como es el caso de Brasil. Los resultados perversos de este modelo son observados incluso en los países centrales del capitalismo. Así, bajo el manto de la ideología de la innovación y de una investigación supuestamente comprometida, el "académico-emprendedor" pasa a orientar su actividad profesional por (a partir de) la máxima captación de recursos de fuentes privadas y el patentamiento de pequeños inventos, en el intento de viabilizarse como investigador o "extensionista-emprendedor", en el contexto de la expansión de la educación superior en Brasil.

Palabras clave: Educación universitaria. Producción científica. Ciencia e innovación.

INTRODUÇÃO

Com as práticas empresariais, o Lobo do Management impõe uma nova cultura. A busca da excelência, que flagelou empresas nos anos 80 e 90, chega décadas depois à universidade. É preciso ser "de topo", publicar artigos em um seletivo grupo de periódicos, ter os coautores certos, conseguir proeminência nos círculos mais prestigiosos, ser um hábil captador de recursos e gerenciar uma dócil equipe de pesquisadores juniores. Para se manter na ribalta, os tais pesquisadores "de topo" terceirizam o ensino para doutorandos e coagem orientandos a lhes conceder coautorias. (WOOD JUNIOR, 2015).

Neste artigo, busca-se analisar a ideologia da inovação e empreendedorismo, tão propalada no meio acadêmico, a partir da condição do Brasil na divisão internacional do trabalho, como país semicolonial⁵, relacionando com o seu lugar no desenvolvimento da pesquisa.

Os países imperialistas, liderados pelos EUA, nesta fase do capital financeiro⁶/imperialista⁷, se reservam ao direito de produzir novos conhecimentos e tecnologias e reproduzir ou adaptá-los nos demais países. As pesquisas mais avançadas são



realizadas nos países-sede das empresas imperialistas para só então serem comercializadas. (BENAYON, 2005). Todavia, isto não é percebido de imediato.

Assim, para elucidarmos devidamente as afirmações acima, inicialmente recorreremos à Chauí (2016, p. 247, grifo do autor), a qual resume a noção de ideologia sob os seguintes aspectos. Primeiro, como “[...] um *corpus* de representações e de normas que fixam e prescrevem de antemão *o que se deve e como se deve pensar, agir e sentir [...]*”, segundo, tal *corpus* tem como “[...] finalidade produzir uma universalidade imaginária, pois, na realidade, apenas generaliza para toda a sociedade os interesses e o ponto de vista particulares de uma classe: aquela que domina as relações sociais” (CHAUÍ, 2016, p. 247); terceiro, a ideologia depende da interiorização dos *corpus* imaginário, de sua identificação com o próprio real e especialmente de sua capacidade de permanecer invisível, como forma de dominação de classe; quarto, a ideologia depende de uma lógica coerente, da lacuna e do silêncio sobre sua própria gênese, isto é, “[...] a divisão social das classes, pois, sendo a missão da ideologia dissimular a existência dessa divisão, uma ideologia que revelasse sua própria origem se autodestruiria.” (CHAUÍ, 2016, p. 247-248). Logo, Chauí (2016, p. 248, grifo do autor) assim resume a ideologia como uma lógica da dissimulação:

A anterioridade do *corpus*, a universalização do particular, a interiorização do imaginário como algo coletivo e comum e a coerência da lógica lacunar, fazem com que a ideologia seja uma lógica da dissimulação (da existência de classes sociais contraditórias) e uma lógica da ocultação (da gênese da divisão social).

Com base nessa premissa, entendemos a ideologia como uma inversão da própria realidade, pois, “[...] os verdadeiros problemas da humanidade não são as ideias errôneas, mas as contradições sociais reais e que aquelas são consequência destas.” (BOTTOMORE, 2012, p. 271). Nesta perspectiva, a conexão entre **“consciência invertida”** e **“realidade invertida”** é mediada por um nível de aparências que é constitutivo da própria realidade. É preciso, portanto, superar as aparências (que são a forma como a realidade se apresenta – concreto sensível), as formas fenomênicas de interpretar o real e sim, avançar para explicar a sua essência (concreto pensado, porque dele se conhecem as múltiplas determinações, e também abstrato, pois se constitui numa construção mental sobre a realidade, determinada por esta mesma realidade).

A investigação, segundo Marx (1999, p. 28), “[...] tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão íntima que há entre elas.” Assim, é preciso, desvelar a essência do real que se distingue da aparência. A essência é uma totalidade concreta e, “[...] sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si.” (KOSIK, 1995, p. 44). Ocorre que, o conceito de



ideologia “[...] só se aplica às distorções relacionadas com o ocultamento de uma realidade contraditória e invertida.” (BOTTOMORE, 2012, p. 272).

Feitas as primeiras considerações acerca da ideologia e do processo de investigação, recorreremos a Castilhos (1997, p. 132), para elucidar sobre as profundas transformações dos processos produtivos que provocaram a retomada sobre o conceito de inovação. Para a autora, “O Technology Economy Programme – TEP, refere-se a inovação como um processo que envolve o uso, aplicação e transformação do conhecimento técnico e científico em problemas relacionados com a produção e com a comercialização, tendo o lucro como perspectiva.”

Contudo, o termo inovação, ao desconsiderar a dinâmica do capital financeiro/monopolista, transformou-se em **"ideologia da inovação"**, pois embutiu a ideia de empreendedorismo ao aparecer como resposta à crise de financiamento da universidade pública. O **“professor-pesquisador-empresendedor”** e o **“professor-extensionista-empresendedor”**, com poucos recursos financeiros, são estimulados a empreender, desenvolvendo pesquisas aplicadas e projetos de extensão considerados inovadores, que resultariam na captação de recursos ou em benefícios individuais, este último em resposta à tendência de queda nos salários. Além de encobrir a realidade socioeconômica responsável por determinar o progresso científico, ou seja, do lugar do professor universitário brasileiro na pesquisa e desenvolvimento, esta ideologia desloca também a centralidade do trabalho social para a iniciativa individual como explicativos dos resultados e avanços neste campo

Com base neste contexto, o artigo analisa o lugar da ciência, tecnologia e inovação nesta fase do capital financeiro/ imperialista/ monopolista; a inserção da educação superior pública neste mesmo contexto e a ciência e tecnologia, o que inclui o patenteamento, como partes constituintes desta ideologia.

A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E O LUGAR DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO NO BRASIL NA FASE IMPERIALISTA DO CAPITAL

A concentração da produção é uma das características do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Se, por um lado, formam-se empresas gigantescas, com elevado número de trabalhadores assalariados, por outro lado, a concentração da produção é ainda maior, pois o trabalho nas grandes indústrias é mais produtivo, devido ao acesso às forças produtivas mais desenvolvidas e às vantagens de cooperação no interior da indústria. (NUNES, 2015).

Para Lenin (2012), na fase do capital financeiro a concorrência transforma-se em monopólio e promove um gigantesco processo de socialização da produção. Nesse sentido,

relembra-se de “*Imperialismo, fase superior do capitalismo*”, livro escrito por Lenin em 1916, devido a seu caráter bastante atual, que contribui para explicar a divisão internacional do trabalho. Para o pensador, o capital financeiro é produto da fusão do capital bancário com o capital industrial.

A fusão do grande capital bancário com o grande capital industrial tem cada vez mais impacto na dinâmica capitalista e em todo seu funcionamento. De meros intermediários do comércio do dinheiro, os grandes bancos passam a ser fomentadores das sociedades anônimas. (LENIN, 2012, p. 17).

Essa fase é caracterizada, portanto, pelo fim da livre concorrência e o surgimento dos monopólios. Embora haja acordos interimperialistas, ou seja, entre as empresas monopolistas que repartem o mercado e os Estados, isso não é realizado sem conflitos e tanto a disputa pelo controle quanto o risco de guerras são constantes.

Estudo de Vitalli, Gattfelder e Battiston (2011), identificou que 50 corporações mundiais de capital aberto, abaixo listadas, dentre mais de 13,8 milhões analisadas, possuem 39,8% do poder de controle, das quais 90% eram bancos. O estudo chegou nesta conclusão por meio da análise da participação acionária entre estas empresas. O banco Inglês Barclays liderava a lista respondendo sozinho por 4,05%, conforme Quadro 01.

Quadro 01 - Poder de controle das 50 maiores corporações mundiais.

(continua)

Ranking	Grupo econômico	País-sede	Poder acumulado na rede*
1	Barclays PLC	GB	4,05
2	Capital Group Companies Inc, The	US	6,66
3	FMR Corp	US	8,94
4	AXA	FR	11,21
5	State Street Corporation	US	13,02
6	JPMorgan Chase & CO	US	14,55
7	Legal & General Group PLC	GB	16,02
8	Vanguard Group, INC., The	US	17,25
9	UBS AG	CH	18,46
10	Merril Lynch & CO., INC	US	19,45
11	Wellington Management CO L.L.P	US	20,33
12	Deutsche Bank AG	DE	21,17
13	Franklin Resources, INC	US	21,99
14	Credit Suisse Group	CH	22,81
15	Walton Enterprises	US	23,56
16	Bank of New York Mellon Corp.	US	24,28
17	Natixis	FR	24,98
18	Goldman Sachs Group, INC., The	US	25,64

Quadro 01 - Poder de controle das 50 maiores corporações mundiais.

(conclusão)

19	T. Rowe Price Group, INC	US	26,29
20	Legg Mason, INC	US	26,92
21	Morgan Stanley	US	27,56
22	Mitsubishi UFJ Financial Group, INC	JP	28,16
23	Northern Trust Corporation	US	28,72
24	Société Générale	FR	29,26
25	Bank of America Corporation	US	29,79
26	Lloyds TSB Group PLC	GB	30,3
27	Invesco PLC	GB	30,82
28	Allianz SE	DE	31,32
29	TIAA	US	32,24
30	Old Mutual Public Limited Company	GB	32,69
31	Aviva PLC	GB	33,14
32	Schroeders PLC	GB	33,57
33	Dodge & Cox	US	34
34	Lehmn Brothers Holdings	US	34,43
35	Sun Life Financial, INC	CA	34,82
36	Standard Life PLC	GB	35,2
37	CNCE	FR	35,57
38	Nomura Holdings, INC	JP	35,92
39	The Depository Trust Company	US	36,28
40	Massachussets Mutual Life insur.	US	36,63
41	INC Groep N.V.	NL	36,96
42	Brandes Investment Partners, L.P	US	37,29
43	Unicredito Italiano SPA	IT	37,61
44	Deposit Insurance Corporation OF JP	JP	37,93
45	Vereniging Aecon	NL	38,25
46	BNP Paribas	FR	38,56
47	Affiliated Managers Group, INC	US	38,88
48	Resona Holdings, INC	US	39,18
49	Capital Group International, INC	US	39,48
50	China Petrochemical Group CO	CN	39,78

Fonte: Vitalli, Gattfelder e Battiston (2011). *Percentual acumulado.

Importante notar que as grandes empresas e marcas conhecidas, a exemplo da Apple, não aparecem na lista das 50 maiores corporações. Por serem controladas pelo capital financeiro, estas empresas frequentemente se fundem, por se encontrarem sob o poder dos mesmos bancos ou fundos de investimentos. (NUNES, 2015). Não raras vezes



empresas são trocadas de mãos sem que quase ninguém perceba, pois se trata apenas de uma operação financeira, como parte de um acordo maior, definido por um conselho de acionistas.

Segundo Lenin (2012), o capital financeiro, característico desta fase imperialista-monopolista é resultado da fusão entre o capital bancário e o industrial. Ou seja, não há distinção entre capital produtivo e improdutivo⁸, pois todo capital visa acumulação, não a produção de riquezas. Por este motivo, ao mesmo tempo em que investem na produção, tomam empréstimos de governos e também compram títulos da dívida pública.

É importante apontar, portanto, que o capital financeiro comanda quase tudo. Controla os fluxos de capitais pelo mundo, principalmente o industrial. A genética de aves, por exemplo, é controlada por apenas duas empresas no mundo todo – Cobb e Aviagen/Ross. Já no setor de sementes, cinco ou seis empresas controlam praticamente a totalidade da genética no mundo (Bayer, Dow/Dupont, Nidera, ChemChina/ Syngenta, Limagrain) das principais espécies agrícolas (soja, milho, trigo, arroz, feijão, algodão, hortaliças), conforme Londres e Almeida (2009).

No capitalismo imperialista-monopolista, o controle de rotas comerciais continua existindo e tem peso no custo final das mercadorias, barateando-as ou encarecendo-as. Além do lucro monopolista, o capital financeiro se beneficia também do controle das dívidas dos Estados e passa a definir a política econômica e a própria política dos países semicoloniais. (NUNES, 2015).

Ainda de acordo com o autor, na agricultura grandes empresas atuam como capital financeiro no Brasil e no mundo, como Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus, respondendo pelo financiamento da agricultura brasileira, principalmente aos grandes produtores; controlando o mercado de fertilizantes e a industrialização de alimentos e a exportação de grãos.

É esta condição de semicolônia que faz com que o Brasil se torne importador de tecnologias. Por conta dessa importação, as tecnologias são adaptadas no Brasil ou por meio das filiais das grandes empresas, ou na forma de parcerias com universidades públicas, prioritariamente. Por essa razão, os valores relativos ao investimento em P&D em geral são bastante elucidativos deste papel subordinado⁹. É aí que se procura compreender, além da pesquisa, a educação pública no Brasil.

O LUGAR DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA

As reformas educacionais para o ensino superior no Brasil, possibilitaram a expansão e interiorização das instituições públicas federais, sejam elas universidades ou institutos de ciência e tecnologia. Tal expansão foi balizada pela proposta de construção de



um novo projeto de desenvolvimento nacional que conciliasse crescimento sustentável com equidade e justiça social. A ideia era, com isso, levar o Brasil a ocupar um lugar valorizado na divisão internacional do trabalho e formar recursos humanos qualificados para o mercado de trabalho. Para tanto, seria necessário, também, que as instituições de ensino públicas federais chegassem ao interior do país e desenvolvessem a inovação por meio de acordos com pequenas e médias empresas.

Neste contexto, houve uma significativa expansão na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, com a criação dos Institutos Federais, conforme aponta estudo de Turmena e Azevedo (2017). O Estado, nesta perspectiva, alavanca os Institutos Federais para o processo de modernização e desenvolvimento do país, qualificando (neste caso, com a educação profissional e tecnológica) os cidadãos e, conseqüentemente, incluindo-os no mercado de trabalho, levando em conta os arranjos produtivos, sociais e culturais locais.

Esse movimento atende, por um lado, demandas sociais por formação e elevação dos níveis de escolaridade que resultem nas devidas condições de empregabilidade; por outro, as demandas do capital, que exigem qualificação da mão de obra, de modo a aumentar a produtividade do trabalho e o lucro.

Em relação às universidades federais, o processo de expansão e de interiorização ocorreu a partir do REUNI, conforme indicam os Relatórios Técnicos¹⁰ do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Nesta perspectiva, o estudo de Filardi e Padim (2015) aponta o aumento significativo de matrículas nas universidades federais. No ano de 1995, as matrículas contabilizavam 367.531, passando para 531.634 em 2002. Já em 2003, o número de matriculados correspondia a aproximadamente 567 mil, aumentando para 833.934 em 2010.

Importante destacar que não foram somente as instituições federais que expandiram, houve, em maior escala, a continuidade da expansão da rede privada de ensino superior que é beneficiada pelas políticas governamentais por meio do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES e do Programa Universidade para Todos - PROUNI, conforme aponta a Tabela 01.

Tabela 01: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2010.

(continua)

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1995	894	210	23,5	684	76,5
1996	922	211	22,9	711	77,1
1997	900	211	23,4	689	76,6
1998	973	209	21,5	764	78,5
1999	1.097	192	17,5	905	82,5



Artigo

doi: 10.20396/rho.v18i4.8652034

Tabela 01: Distribuição Percentual do Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa - Brasil 1995-2010.

(conclusão)					
2000	1.180	176	14,9	1.004	85,1
2001	1.391	183	13,2	1.208	86,8
2002	1.637	195	11,9	1.442	88,1
2003	1.859	207	11,1	1.652	88,9
2004	2.013	224	11,1	1.789	88,9
2005	2.165	231	10,7	1.934	89,3
2006	2.270	248	10,9	2.022	89,1
2007	2.281	249	10,9	2.032	89,1
2008	2.252	236	10,5	2.016	89,5
2009	2.314	245	10,6	2.069	89,4
2010	2.378	278	11,7	2.100	88,3

Fonte: Brasil (2012b e 2015).

Em relação ao número de matrículas em instituições públicas e instituições privadas, a Tabela 02 demonstra que, embora tenham aumentado nas instituições públicas, a maioria ainda se concentra em instituições privadas.

Tabela 02: Distribuição Percentual do Número de Matrículas nas Instituições e Ensino Superior, por Categoria Administrativa - Brasil - 1995- 2010.

Ano	Total	Pública	%	Privada	%
1995	1.759.703	700.540	39,8	1.059.163	60,2
1996	1.868.529	735.427	39,4	1.133.102	60,6
1997	1.945.615	759.182	39,0	1.186.433	61,0
1998	2.125.958	804.729	37,9	1.321.229	62,1
1999	2.369.945	832.022	35,1	1.537.923	64,9
2000	2.694.245	887.026	32,9	1.807.219	67,1
2001	3.030.754	939.225	31,0	2.091.529	69,0
2002	3.479.913	1.051.655	30,3	2.428.258	69,7
2003	3.936.933	1.176.174	29,9	2.760.759	70,1
2004	4.223.344	1.214.317	28,8	3.009.027	71,2
2005	4.567.798	1.246.704	27,3	3.321.094	72,7
2006	4.883.852	1.251.365	25,6	3.632.487	74,4
2007	5.250.147	1.335.177	25,4	3.914.970	74,6
2008	5.808.017	1.552.953	26,7	4.255.064	73,3
2009	5.954.021	1.523.864	25,6	4.430.157	74,4
2010	6.379.299	1.643.298	25,8	4.736.001	74,2

Fonte: Brasil (2012b e 2015).

Como em outros setores da economia capitalista, também no ensino superior, a tendência são as grandes fusões. No Brasil, por exemplo, tem ocorrido a fusão de grandes grupos educacionais que acabam absorvendo instituições de ensino superior de menor porte. O último Censo da Educação Superior realizado pelo INEP apontou que 87,7% das IES do Brasil pertencem ao setor privado. (BRASIL, 2016).

Dados de 2015 apontam que a receita líquida registrada pela educação superior privada foi de R\$ 49,3 bilhões. O crescimento que em 2011 era de R\$ 24,7 bilhões, passou para 32 bilhões em 2013 e, em 2015 para R\$ 49,3 bilhões. Destes, R\$ 49,3 bilhões, ou seja, 44% (R\$ 21,7 bilhões) de participação no mercado são provenientes dos 12 maiores grupos educacionais. (HOPER..., 2016).

A figura 01 mostra os 12 maiores grupos educacionais privados do Brasil no ano de 2015.

Ranking de Matrículas	Grupo Educacional	Estimativa Receita Líquida (em milhões R\$)	Participação Receita Líquida No Setor	Matrículas Privadas Estimadas (presencial+EaD)	Participação no Mercado Market Share
1º	Kroton/ Anhanguera	R\$ 5.265,00	10,7%	970.152	16,3%
2º	Estácio	R\$ 2.967,50	6,0%	427.434	7,2%
3º	Unip	R\$ 2.397,74	4,8%	390.024	6,6%
4º	Laureate	R\$ 2.087,89	4,2%	225.576	3,8%
5º	Uninove	R\$ 781,35	1,6%	134.620	2,3%
6º	Ser Educacional	R\$ 1.020,00	2,1%	127.300	2,1%
7º	Cruzeiro do Sul Educacional	R\$ 516,36	1,0%	80.057	1,3%
8º	Anima	R\$ 865,00	1,8%	72.700	1,2%
9º	Unicesumar	R\$ 330,00	0,7%	54.803	0,9%
10º	Illumno	R\$ 486,86	1,0%	49.332	0,8%
11º	Devry	R\$ 572,00	1,2%	41.257	0,7%
12º	Grupo Tiradentes	R\$ 339,00	0,7%	39.854	0,7%
Total 12 Maiores Consolidadores		R\$ 17.610,70	35,8%	2.613,109	43,9%
Não Consolidados		R\$ 31.647,90	64,2%	3.333,095	56,1%
Total do Setor Privado em 2015		R\$ 49.258,59	100,0%	5.946,204	100,0%

Figura 01: Maiores Grupos Educacionais Privados do Brasil – 2015

Fonte: Miranda (2017).

Esse cenário de ampliação das matrículas no ensino superior, deve ser entendido na perspectiva de que a reestruturação produtiva capitalista passou a exigir a reestruturação qualitativa e quantitativa na formação para o **trabalho complexo**¹¹. Esse movimento



implicou na expansão da oferta de vagas na educação superior e também na organização curricular voltada para o desenvolvimento técnico dos intelectuais orgânicos da burguesia, no intuito de que venham a garantir a reprodução do capitalismo e a coesão social. (NEVES; PRONKO, 2008).

Assim, o trabalhador, visando garantir a condição de **empregabilidade**¹², procura aumentar os níveis de escolaridade. O termo empregabilidade tem sido utilizado de forma ideológica, procurando responsabilizar o próprio trabalhador pela inserção ou não no mercado de trabalho e superação da pobreza. Tal raciocínio decorre da propalada sociedade do conhecimento e/ou da informação na qual a conquista de vagas no mercado de trabalho e a própria equalização social seriam decorrentes do acesso ao conhecimento, uma vez que, nesta perspectiva, a diferença das classes sociais é vista não em relação ao capital e, sim, em relação ao conhecimento. Contraditoriamente, tal ideologia tem servido à burguesia dos serviços educacionais para atrair consumidores de conhecimento como mercadoria, ou seja, clientes consumidores de diplomas universitários desprovidos de tal potencialidade.

Portanto, o aumento no número de matrículas no nível superior do ensino é conduzido intencionalmente pela ideologia da sociedade do conhecimento e da informação, que, segundo Neves e Pronko (2008), se constitui numa utopia que oculta a historicidade da revolução tecnológica colocada na sua origem, e apaga as reais e concretas relações sociais em que o conhecimento é produzido e utilizado sob a direção do capital financeiro.

Num país semicolonial como é o caso do Brasil, a dita sociedade do conhecimento, sob a ideologia do capital de que quanto mais qualificado for o trabalho, tanto maior será a produtividade e o desenvolvimento, mascara as situações reais e concretas. A rigor, tanto a ciência quanto o conhecimento são incorporados à máquina e os processos técnicos para o trabalho são idealizados via intelectuais do capital. Para a realização do trabalho simples, ao trabalhador basta uma qualificação mínima que o torne capaz de manusear a máquina, isto é, apenas operacionalizar as atividades.

Neste contexto, o Brasil procura adaptar-se à ciência e tecnologia formuladas internacionalmente, ou seja, vindas dos países centrais do capital, dos tidos como desenvolvidos. Entende-se, desta forma, que a qualificação (tecnicista) do trabalhador, na medida em que responde à lógica do capital, em que o conhecimento (mínimo) esteja voltado para gerenciar e administrar os interesses burgueses, é uma não-qualificação, ou seja, uma qualificação específica e limitada para o trabalho, impedindo assim o acesso aos grandes avanços conquistados pela humanidade no campo teórico e cultural.

O processo de expansão do ensino superior no Brasil, em particular, a questão da expansão e interiorização do ensino público federal, deve ser entendido também como uma



forma de atender a demanda e as necessidades de pequenas e médias empresas pelo desenvolvimento de inovações, ao mesmo tempo em que contribui para formar profissionais de nível médio e superior para atuar nessas empresas.

A importância dada pelo capital de aumentar a produtividade e, conseqüentemente, os lucros, enfatiza a tendência da inovação tecnológica como forma de acelerar o processo de produzir mercadorias com valor de troca. Neste caso, o Brasil procura adaptar-se à ciência e tecnologia formuladas internacionalmente, como também procura contribuir para a geração de inovações que resultem na agregação de valor à finança mundializada.

Nesta direção, como porta-voz do grande capital, o Banco Mundial – BM, enfatiza em seus documentos um modelo estratificado de educação científica e tecnológica para as semicolônias, como é o caso do Brasil. As proposições elencadas pelo Banco destacam o desenvolvimento da pesquisa aplicada em detrimento da pesquisa básica bem como o estímulo à submissão da pesquisa acadêmica a interesses empresariais, o que é quase um consenso entre os pesquisadores.

Assim, no contexto da dita “**Sociedade do conhecimento e da Informação**”, termos como “**educação para o mercado de trabalho**” característico do período de acumulação taylorista/fordista e “**educação para a empregabilidade**”, próprio do período toyotista, vão sendo substituídos por “**educação empreendedora para o mercado do trabalho e/ou empregabilidade**”.

A IDEOLOGIA DA INOVAÇÃO, DO EMPREENDEDORISMO E DO PATENTEAMENTO

...uma variante que quer incorporar as regras do comércio, o odioso regime de propriedade intelectual, que foi desenvolvido no final do século XIX, o regime de patentes, que deixa as tecnologias mais importantes para a humanidade nas mãos de um pequeno número de multinacionais. (UNGER, 2015¹³).

A tecnologia possui papel fundamental no âmbito da concorrência capitalista, pois serve à redução do tempo e aumento da produtividade do trabalho, geralmente por meio da mecanização. Uma máquina melhor ou mais potente permite que os trabalhadores gastem menos tempo na produção de cada mercadoria. Trata-se do principal instrumento disponível à redução dos custos unitários. Nesse sentido, a empresa que dispõe de mais tecnologia obtém, temporariamente, taxa de lucro acima da média.

De acordo com Correa (1997, p. 251), a tecnologia é definida, genericamente, como um “conjunto de conhecimentos e informações organizados, provenientes de fontes diversas como descobertas científicas e invenções, obtidos através de diferentes métodos e utilizados na produção de bens e serviços”. Para o autor, na sociedade capitalista,

tecnologia caracteriza-se por ser um tipo específico de conhecimento com propriedades que o tornam apto a, uma vez aplicado ao capital, imprimir determinado ritmo a sua valorização.

Devido ao seu gigantismo, o desenvolvimento tecnológico é realizado predominantemente por grandes empresas localizadas nos países de capitalismo central por meio do cofinanciamento dos governos locais. A partir dessas alianças, empresas capitalistas e governos visam atender seus interesses pelo controle do mercado mundial e definem, portanto, a produção do que se tem de mais avançado em termos de tecnologia. São esses projetos, cujos orçamentos se situam acima das centenas de milhões de dólares – e não os pequenos projetos de pesquisa atualmente desenvolvidos nas universidades brasileiras – que definem os rumos do desenvolvimento científico e tecnológico no mundo.

De modo a complementar essa colocação, apresenta-se a Figura 06 que relaciona as empresas que mais investem em P&D e também indica quais são os setores que recebem maiores investimentos.

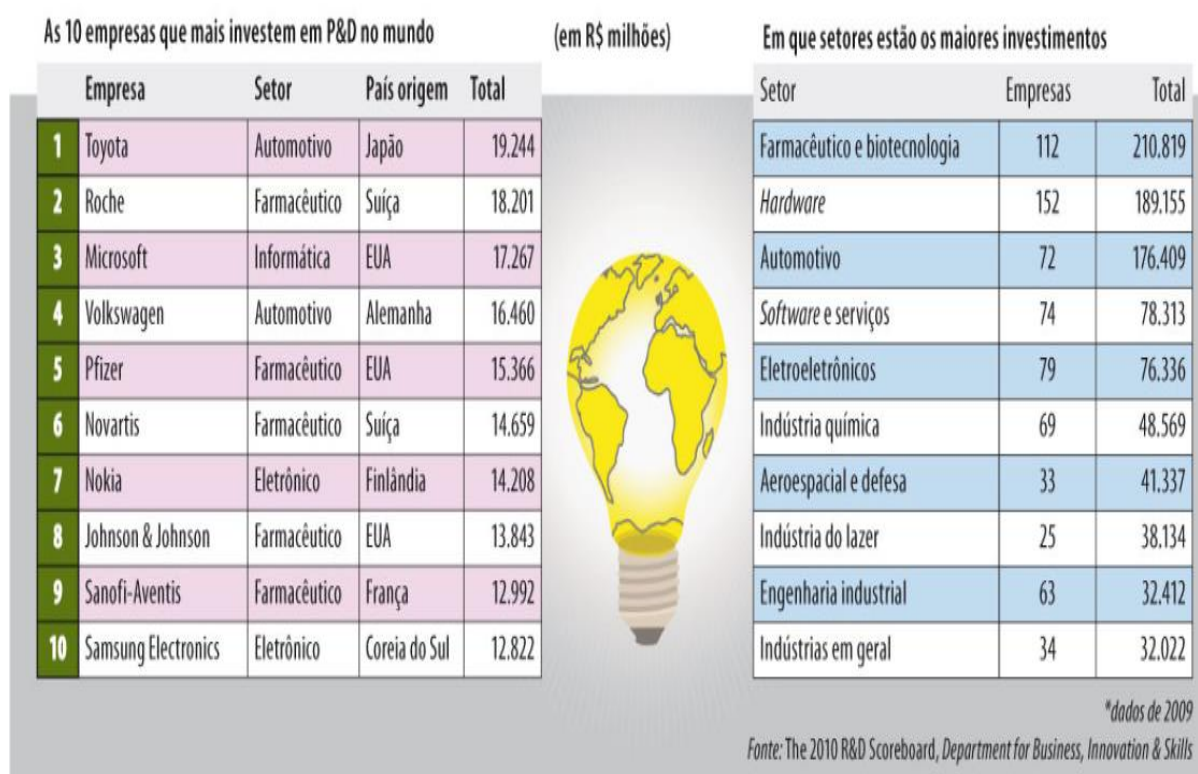


Figura 02: Empresas que mais investem em P&D no mundo com maior investimento, dados de 2009.

Fonte: Brasil, 2012.

Já na Figura 07 é possível notar que a produção científica mundial se concentra nos países imperialistas. É nestes países que, com alto investimento, se desenvolvem **pesquisas de ponta**, de alta complexidade, ou seja, a efetiva produção de ciência e tecnologia.

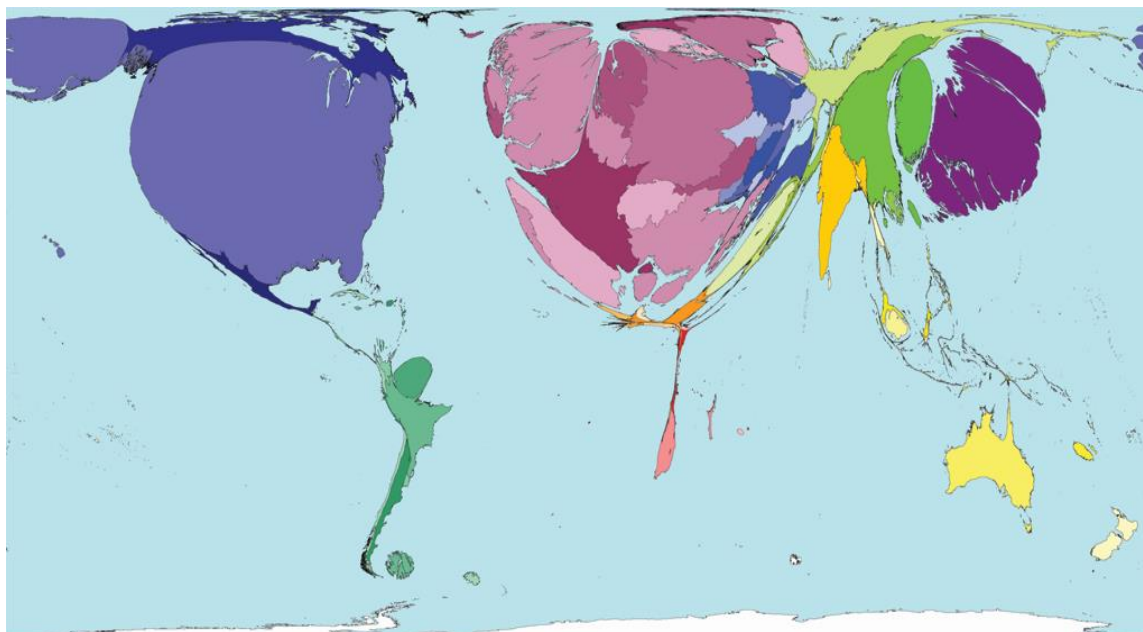


Figura 03: Mapa da produção científica mundial.
Fonte: Hype Science, 2015.

Ocorre que em quase todos os setores da produção, quatro ou cinco grandes empresas, que dominam o mercado mundial e são famosas por suas marcas, produzem quase tudo o que consumimos hoje, como computadores, por exemplo. Nesse âmbito, no que se refere aos países semicoloniais, como é o caso do Brasil, essas empresas buscam adaptar as tecnologias já desenvolvidas na sede das empresas imperialistas segundo as especificidades ambientais ou culturais de cada país.

Portanto, as pequenas indústrias não possuem capacidade de concorrer com grandes indústrias. Isto porque as Forças Produtivas (FP) são cada vez mais compostas por máquinas e menos por Força de Trabalho (FT) e o custo das máquinas é cada vez maior, impedindo crescentemente o acesso de empresas de menor porte às FP de ponta.

A tecnologia de ponta, portanto, vai ficando cada vez mais circunscrita aos grandes capitais, pois a escala de produção alcançou proporções tais que a tendência dos oligopólios domina a maioria dos ramos produtivos e os espaços deixados para a pequena escala são mínimos e decrescentes. Esse é o caso também da pesquisa de melhoramento genético de sementes utilizadas na agricultura. No Brasil, por exemplo, os pequenos centros de desenvolvimento de pesquisas se ocupam de adaptar tecnologias previamente desenvolvidas na sede das empresas imperialistas.



Por conta dessa particularidade, no que diz respeito ao desenvolvimento de inovações, as universidades brasileiras acabam por atender os interesses de pequenas e médias empresas, embora, muitas vezes, sob a falsa ideia de que seus professores-pesquisadores e estudantes estejam se desenvolvendo enquanto empreendedores.

Atualmente, os órgãos de financiamento público à pesquisa e inovação têm apoiado projetos por meio de bolsas e recursos para o custeio. A tendência é que, com base em pequenos projetos, esse tipo de financiamento seja ampliado, sob o amparo da Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e Lei de incentivos Fiscais à Inovação e à Exportação (Lei nº 11.196/2005).

A universidade passa a ser financiada então para desenvolver pequenas inovações junto ou até mesmo no interior das pequenas e médias indústrias ou mediante a ideia de que professores e estudantes deveriam desenvolver algo que pudesse futuramente ser comprado por alguma empresa. Esta tendência centra-se no papel da ideia e da genialidade de determinados indivíduos, ao invés de atribuir centralidade ao trabalho, tornado trabalho social e não individual e, portanto, à produção social, que são os fatores centrais.

Se, por um lado as universidades públicas federais sofrem os impactos de medidas adotadas pelo governo com a redução de recursos públicos para a manutenção de suas atividades, por outro, são incentivadas a buscarem outras fontes de financiamento com a justificativa do discurso obsequioso, que se torna mais consensual e progressivo nas políticas de gestão das universidades, à produtividade e eficiência.

Por sua vez, a ideologia da inovação, do empreendedorismo e do patenteamento resulta também no apoio a “**centros de empreendedorismo**” no interior das universidades, mediante a ideologia de que a inovação e o patenteamento seriam características dos países de capitalismo central e que o Brasil deveria adotá-las.

Neste contexto, em relação às políticas de ciência e tecnologia, o Banco Mundial recomenda, entre outras questões, que os países semicoloniais aproveitem o conhecimento global para a criação de conhecimentos locais e melhorem a capacidade de absorção de conhecimento.

Se não bastasse a avaliação da produção individual dos professores-pesquisadores segundo os critérios do produtivismo científico, também é uma exigência que Trabalhos de Conclusão de Curso, dissertações e teses produzam inovação industrial segundo os interesses das empresas locais, para onde se mobiliza toda a estrutura universitária. Inovar passa ser a lei, de fato! O lema **produzir ou morrer!** (EVANGELISTA, 2002) recebe um adendo: **Inovar ou morrer!**

A ideologia da inovação que impulsiona a ideia de “**ser empreendedor**” e do patenteamento de produtos, “[...] oculta o caráter contraditório do padrão essencial oculto,



concentrando o foco na maneira pela qual as relações econômicas aparecem superficialmente.” (BOTTOMORE, 2012, p. 271). Enquanto nos países de imperialistas os projetos são financiados com recursos na casa das centenas de milhões ou bilhões de dólares, para o desenvolvimento de nanotecnologias, por exemplo, no Brasil, o pesquisador individual dispõe de mínimos recursos financeiros para patentear inventos que, na sua maioria, não contribuem para o desenvolvimento econômico e social. Em muitos casos, são patenteados produtos extremamente simples para os quais as universidades mobilizam sua estrutura, corroborando essa ideologia.

EM BUSCA DE UMA SÍNTESE

A política de inovação se torna uma ideologia, pois, obscurece a condição socioeconômica da universidade e dos professores pesquisadores como agentes promotores de inovação e tecnologia que, inseridos num país semicolonial, dificilmente alcançarão patamares elevados de produção científica e tecnológica. Infelizmente, ao não conhecerem essa realidade, muitos professores e estudantes desperdiçam talento e tempo desenvolvendo produtos sem relevância econômica e social.

Soma-se a isso o alto índice de professores com problemas de saúde (física e mental), devido à autocobrança excessiva, desencadeada pela lógica da competitividade e produtivismo acadêmico, conforme aponta o estudo de Sguissardi e Silva Junior (2009). Devido à falta de recursos financeiros suficientes para bancar suas pesquisas, pois as universidades não arcam com as necessidades materiais e os recursos para o seu desenvolvimento, os docentes buscam financiamentos nos órgãos de fomento à pesquisa – como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outros – que, por sua vez, fazem uma seleção produtivista, e acabam tornando os professores “**bodes expiatórios**” de um esquema perverso à categoria docente.

Neste sentido, a ideologia da inovação fornece as bases para a atual política de financiamento de pequenos projetos individualizados. Os professores-pesquisadores passam a organizar seus currículos de forma a competir com seus colegas, por meio de editais específicos, por pequenos recursos a fim de desenvolver suas engenhocas e, posteriormente, retroalimentar seus currículos, ao mesmo tempo em que podem beneficiar os interesses das empresas locais por pequenos inventos, quando da adaptação da tecnologia já desenvolvida.

As atuais políticas governamentais de ciência e tecnologia são orientadas para a inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho e são também ideologicamente conduzidas pela ideia de inovação. Tais políticas enfatizam a produção de



inovações e o consumo de tecnologia adaptada. A universidade está inserida neste contexto e é contaminada por ele.

Tal proposta também não se apresenta como solução ao financiamento da universidade pública brasileira, pois apenas individualiza a responsabilidade pela manutenção da pesquisa e o desenvolvimento. Sob o manto da ideologia da inovação e de uma pesquisa supostamente engajada, resulta também, como derivação, na afirmação da figura do “acadêmico-empresendedor”, que orienta sua vida acadêmica pela máxima captação de recursos de fontes privadas e o patenteamento de pequenos inventos, na tentativa de se viabilizar enquanto pesquisador ou “extensionista-empresendedor”. Os resultados perversos deste modelo são notados até mesmo nos países centrais do capitalismo, como descrito por Wood Junior (2015).

A universidade pública deve pleitear suas ações no compromisso social com a produção e a socialização de conhecimentos significativos para o desenvolvimento econômico e social, de fato. Portanto, a privatização do conhecimento não deve pautar as atividades universitárias.

REFERÊNCIAS

BENAYON, A. **Globalização versus desenvolvimento**. São Paulo: Saraiva, 2005.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2012.

BRASIL. **Estratégia Nacional prevê R\$ 74,6 bilhões até 2015**. Em Discussão. Brasília, setembro de 2012a. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/upload/201203%20AD%20setembro/ed12_imgs/ed12_p33_info.jpg>. Acesso em: 06 ago. 2015.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. Brasília, DF: MEC, 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação superior – resumo técnico**. Brasília, 2012b.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso: 03 out. 2013.

BRASIL. Lei 10.793, de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre a inovação e a pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.973.htm>. Acesso em: 17 abr. 2018.



BRASIL. Lei 11.196 de 21 de novembro de 2005. Institui o regime especial de tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital; dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica; altera o Decreto-Lei nº 2888, de 28 de fevereiro de 1967, o Decreto-Lei nº 70.235, de 6 de março de 1972, o Decreto-Lei nº 2.287, de 23 de julho de 1986, as Leis nºs 4.502 de 30 de novembro de 1964, 8.212 de 24 de julho de 1991, [nº] 8.245 de 18 de outubro de 1991, [nº] 8.666 de 21 de junho de 1993, [nº] 8.981 de 20 de janeiro de 1995, [nº] 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, [nº] 8.989 de 24 de fevereiro de 1995, [nº] 9.249 de 26 de dezembro de 1995, [nº] 9.250 de 26 de dezembro de 1995, [nº] 9.311, de outubro de 1996, [nº] 9.317 de 5 de dezembro de 1996, [nº] 9.430 de dezembro de 1996, [nº] 9.718 de 27 de novembro de 1998, [nº] 10.336, de 19 de dezembro de 2001, [nº] 10.437, de 26 de abril de 2002, [nº] 10.485, de 3 de julho de 2002, [nº] 10.637 de 30 de dezembro de 2002, [nº] 10.735, de 3 de novembro de 2003, [nº] 10.833, de 29 de dezembro de 2003, [nº] 10.865 de 30 de abril de 2004, [nº] 10.925, de 23 de julho de 2004, [nº] 10.931, de 2 de agosto de 2004, [nº] 11.033, de 21 de dezembro de 2004, [nº] 11.051, de 29 de dezembro de 2004, [nº] 11.053, de 29 de dezembro de 2004, [nº] 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, [nº] 11.129, de 28 de junho de 2005, e a Medida Provisória nº 2.199-14 de 24 de agosto de 2001; revogada a Lei nº 8.661, de 2 de junho e 1993, e dispositivos das Leis Nºs 8.668 de 25 de junho de 1993, [nº] 8.981 de 20 de janeiro de 1995, [nº] 10.637 de 30 de dezembro de 2002, [nº] 10.755 de 3 de novembro de 2003, [nº] 10.865 de 30 de abril de 2004, [nº] 10.931, de 2 de agosto de 2004, e da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111196.htm>. Acesso em: 17 abr. 2018.

CASTILHOS, C. C. Inovação. In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. 292 p.

CHAUÍ, M. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016.

CORREA, M. B. Tecnologia. In: In: CATTANI, A. D.; HOLZMANN, L. (Org.). **Trabalho e tecnologia**: dicionário crítico. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: Ed. Universidade, 1997. 292 p.

EVANGELISTA, O. Publicar ou morrer. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. N. (Org.). **A Bússola do escrever**: desafios e estratégias na orientação de teses e dissertações. Florianópolis: Ed. da UFSC; São Paulo: Cortez, 2002.

FILARDI, A. M. B.; PADIM, D. F. Políticas públicas de expansão do ensino superior federal no Brasil no contexto da mundialização do capital. In: **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 61, p. 403-415, mar. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640536>>. Acesso em: 08 ago. 2018.



GENTILI, P. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 76-92.

HOPER Consultoria e Estudos de Mercado. **Análise setorial da educação superior privado**. 9. ed. Brasil, 2016. Encarte. Disponível em: <http://sys.hoper.com.br/webinar/Encarte_Estudos%20de%20Mercado.pdf>. Acesso em: 5 maio 2017.

HYPE SCIENCE. Estranho mapa do mundo baseado na produção científica. 2015. Disponível em: <<http://hypescience.com/mapa-mundo-ciencia-producao-cientifica/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LENIN, V. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, L. C. “A melhor ciência”: o acadêmico-empresendedor e a produção de conhecimento economicamente relevante. In: CATANI, A. M.; OLIVEIRA, L. F. de. (Org.). **Educação superior e produção de conhecimento: utilitarismo, internacionalização e novo contrato social**. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

LONDRES, F.; ALMEIDA, P. **Impacto do controle corporativo no setor de sementes sobre agricultores familiares e sistemas alternativos de distribuição: estudo de caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Fase, 2009. Disponível em: <<http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Estudo-Sementes-ASPTA-WoW-AA-2009-FINAL.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

MARTÍN MARTÍN, V. O. **El papel del campesinato en la transformación del mundo actual**. Valencia: Baladre, 2007.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Livro 1, v. 1 e 2.

MARX, K. Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro IV de O capital). São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. v. 1.

MIRANDA, P. R. **FIES e PROUNI na expansão da educação superior: quanto vale o conhecimento no Brasil?** 2017. 286 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.



NUNES, S. P. Imperialismo, questão agrária e luta de classes no campo. In: **5º Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo** – Caderno de Estudos. Laranjeiras do Sul, PR, 2015.

SGUISSARDI, V.; SILVA JUNIOR, J. dos. R. **Trabalho intensificado nas federais: pós-graduação e produtivismo acadêmico**. São Paulo: Xamã, 2009.

TSE-TUNG, M. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático**. 2. ed. Lima: Ediciones Alborada, 2008.

TURMENA, L.; AZEVEDO, M. L. N. de. A expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: os Institutos Federais em questão. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 54, p. 1067-1084, jul./set. 2017.

TURMENA, L. **O público, o privado e o Estado sob a lógica do capital: a expansão do ensino superior no Sudoeste do Paraná**. 2009. 149 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Paraná, 2009.

TURMENA, L. **Redes e meandros da relação entre o público e o privado no processo de “federalização” do centro universitário católico do sudoeste do paraná – UNICS: a arte de cair em pé**. 296 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

UNGER, M. **O Brasil é um protetorado americano**. Disponível em: <<http://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/2015/07/30/mangabeira-o-brasil-e-um-protetorado-americano/>>. Acesso em: 07 ago. 2015.

VITALLI, S.; GLATTFELDER, J.; BATTISTON, S. The Network of global corporate control. **Plos/One**, Oct. 2011. Disponível em: <<http://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0025995>>. Acesso em: 08 ago. 2015.

WOOD JUNIOR, T. Universidades ou Fábricas. **Revista Carta Capital**. 2015. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/850/universidades-ou-fabricas-253.html>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

Notas

¹ Doutor em Educação. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Paraná, Brasil. E-mail: armenesjunior@utfpr.edu.br

² Doutor em Educação. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Paraná, Brasil. E-mail: leandroturmena@utfpr.edu.br

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Paraná, Brasil. E-mail: sidemar@utfpr.edu.br

⁴ Doutora em Educação. Docente na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus Dois Vizinhos. Paraná, Brasil. E-mail: zinaraandrade@utfpr.edu.br

⁵ Capitalismo semicolonial (ou burocrático) é o tipo de capitalismo desenvolvido nos países dominados pelo



imperialismo e controlados pelo capital financeiro, em todas as esferas, incluindo a política e a militar. Estes países possuem uma estrutura agrária latifundiária, com quem o imperialismo se alia, são importadores de ciência e tecnologia e exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais para garantir a remessa de lucros e o pagamento de juros aos países de origem das empresas imperialistas (MARTÍN; MARTÍN, 2007).

⁶ Para Lenin (2012) o capital financeiro se define pelo fato de uma parte crescente do capital não pertencer aos industriais, mas aos bancos. Os bancos, por sua vez, se veem obrigados a investir na indústria uma parte cada vez maior de seu capital, tornando-os capitalistas industriais. Para o autor, este capital, sob a forma de dinheiro, transforma-se em capital industrial.

⁷ Lenin define imperialismo da seguinte forma: “O capitalismo transformou-se num sistema universal de subjugação colonial e de estrangulamento financeiro da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’. A partilha desse ‘saque’ efetua-se entre duas ou três potências rapaces, armadas até aos dentes (América, Inglaterra, Japão), que dominam o mundo e arrastam todo o planeta para a sua guerra pela partilha do seu saque.” (LENIN, 2012, p. 27).

⁸ “Não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’. O mesmo trabalho poderia tanto ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, quanto improdutivo, se o compro na função de consumidor, de quem despense renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa.” (MARX, 1980, p. 144).

⁹ O investimento previsto para o quadriênio 2012-15 pela Estratégia Nacional de Ciência e Tecnologia (Encti) foi de R\$ 74,6 bilhões, de acordo com Brasil (2012). Este valor se refere ao total dos investimentos do governo federal, governos estaduais e empresas públicas em P&D e pouco superior ao aplicado pela empresa que mais investe neste setor (Toyota) em apenas um ano (US\$19,2 bilhões, cerca de R\$ 60 bilhões de reais). De acordo com o próprio estudo realizado pelo Senado Federal, acima citado, no Brasil as empresas privadas investem ainda menos que os governos, cerca de 47% do total, ou seja, o investimento de todas as empresas privadas localizadas no Brasil é cerca de 25% do valor aplicado pela Toyota.

¹⁰ Os Relatórios Técnicos estão disponíveis do sítio: <<http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior/resumos-tecnicos>>. Acesso em: 10 ago. 2015.

¹¹ Karl Marx, já no século XIX, no fervor da industrialização e das mudanças no processo de trabalho, com o avanço das forças produtivas, faz a distinção entre **trabalho simples e trabalho complexo** na obra *O Capital*: “Trabalho humano mede-se pelo dispêndio de força de trabalho simples, a qual, em média, todo homem comum, sem educação especial, possui em seu organismo. [...] Trabalho complexo ou qualificado vale como trabalho simples potenciado ou, antes, multiplicado, de modo que uma quantidade dada de trabalho qualificado é igual a uma quantidade maior de trabalho simples.” (MARX, 1999, p. 66).

¹² Segundo Gentili (1998, p. 89) “Mais do que pensar a integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho, o desenho das políticas educacionais deveria orientar-se para garantir a transmissão diferenciada de competências flexíveis que habilitem os indivíduos a lutar nos exigentes mercados laborais pelos poucos empregos disponíveis. A garantia do emprego como direito social (e sua defesa como requisito para as bases de uma economia e uma vida política estável) desmanchou-se diante da nova promessa de empregabilidade como capacidade individual para disputar as limitadas possibilidades de inserção que o mercado oferece.”

¹³ Disponível em: <http://www.conversaafiada.com.br/tv-afiada/2015/07/30/mangabeira-o-brasil-e-um-protetorado-americano/> - Acesso em 07 ago. 2015.

Submetido em: 02/04/2018

Aprovado em: 02/08/2018

Publicado em: 22/11/2018